



Novembro 2006 - N°7

### SUMÁRIO

#### Editorial

*Mónica Rafael Simões*

(Página 1)

#### Teoria da P@X

“O que falhou em Timor?”

*José Manuel Pureza*

(Página 2)

#### Observatório das P@xes

*Fazedores de Paz*

Prémio Nobel da Paz 2006

(Página 3)

#### Estudos sobre a P@x

“A Cooperação Militar a Nível Regional e as Missões de Paz”

*Marco Rosa*

(Páginas 4 a 6)

“RDC: fogo cruzado na encruzilhada”

*Duncan Woodside*

(Páginas 7 e 8)

#### No sótão do NEP

Publicações

Recensão

Memória de Actividades do NEP

(Páginas 9 e 10)

#### P@X

Coordenação do Núcleo de Estudos para a Paz:

José Manuel Pureza

Coordenação do Boletim P@X:

Mónica Rafael Simões e Kátia Cardoso

Agradecimento especial a José Miguel Cardoso de Almeida

Núcleo de Estudos para a Paz

Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

Colégio S. Jerónimo, Apartado 3087

3001-401 Coimbra

Portugal

Tel: + 351 239 855593

Fax: + 351 239 855589

<http://www.ces.uc.pt/nucleos/nep>

[nep@ces.uc.pt](mailto:nep@ces.uc.pt)

### Editorial

A sétima edição do P@x apresenta um conjunto de análises que dá eco a alguns dos eixos de investigação que o Núcleo de Estudos para a Paz tem vindo a desenvolver no seu trabalho. Há um tópico comum a estas abordagens: com ângulos diferentes, todas se debruçam sobre os processos de consolidação da paz, sobretudo em teatros de reconstrução pós-conflito.

Assim, na reflexão que faz sobre a situação continuada de violência disseminada que tem vindo a assolar Timor Leste, José Manuel Pureza refere algumas das debilidades do relacionamento da comunidade internacional com países saídos de conflitos violentos, frequentemente assente numa ideologia e em instrumentos padronizados e numa subalternização das dimensões mais subjectivas dos processos de reconstrução, centradas nas pessoas, nas suas histórias, condições e expectativas específicas.

Marco Rosa analisa as dinâmicas de intensificação da cooperação entre as forças armadas em escala internacional e o potencial desta internacionalização para o reforço do quadro de resolução de conflitos da Organização das Nações Unidas, nomeadamente através do seu contributo para as forças de paz multinacionais.

Por fim, a dimensão política do chamado peace building tem vindo a suscitar posições muito desencontradas. O caso da República Democrática do Congo (RDC) é, a este respeito, emblemático: com o mesmo tamanho da Europa Ocidental, dono de recursos naturais fabulosos, palco de um conflito armado violentíssimo durante décadas e alvo de sucessivas estratégias predatórias postas em prática por elites corruptas em rede com poderes empresariais e políticos estrangeiros, a RDC proclama à comunidade internacional (leia-se, aos doadores) um propósito de prática democrática, a começar pela realização de eleições. Duncan Woodside enuncia os imensos desafios sérios e imediatos que a democracia ali enfrenta. E, na RDC como em outros contextos, é a comunidade internacional que está confrontada com a exigência de cuidado que aproveite bem as lições do passado.

A consolidação da paz é ainda hoje um campo carregado de ambiguidades. Conhecer os erros e sobre eles formular um juízo crítico é o início do caminho certo.

*Mónica Rafael*  
NEP

## O QUE FALHOU EM TIMOR?

A persistência de uma situação grave de violência disseminada em Timor Leste desafia a comunidade dos estudos para a paz.

Timor tem vindo a ser apresentado, a vários títulos, como um teste à validade do modelo dominante de políticas de reconstrução pós-conflito. Esse modelo, ensaiado ao longo da década de 90, foi em grande medida inspirado na agenda que os *peace studies* foram consolidando. A centralidade da paz positiva e da erradicação da violência estrutural (e não só directa), por um lado, e a preocupação pela dimensão preventiva dos processos de construção da paz, por outro, constituem as duas referências principais herdadas dos estudos para a paz e que, desde a “Agenda para a Paz” de Boutros Ghali, têm norteado as novas missões de paz das Nações Unidas.

Ora, as experiências concretas de (re)construção da paz da última década transformaram profundamente aquelas referências. A inserção desses países no mercado global e a rápida assimilação de procedimentos democráticos tornaram-se as verdadeiras prioridades do sistema internacional. E isso fez toda a diferença. Porque a um modelo a que são teoricamente apontadas quatro dimensões - a económica, a política, a militar e de segurança e a psicossocial - se substituiu, na prática, um quase exclusivo das duas primeiras. E numa versão reduzida e padronizada.

O que os últimos meses de profunda agitação em Timor revelam são duas debilidades preocupantes que resultam desta trajectória.

Primeiro, que, se o momento presente fez alguns admitirem que estamos diante de um Estado falhado, foi afinal a comunidade internacional que falhou.

Timor é um exemplo paradigmático de um Estado de governação internacionalizada, isto é, cujas funções essenciais - a garantia de segurança, de infra-estruturas, de serviços públicos básicos - são controladas ou mesmo exercidas directamente por agências internacionais. Essa é a expressão mais radical da submissão dos “países em transição” a um padrão de boa governação materializado num vastíssimo conjunto de exigências da comunidade internacional. Invocam os doadores que essa é uma condição de construção da paz duradoura. Mas os resultados são os inversos: sociedades esvaziadas de horizontes e crescentemente polarizadas.

Segundo, que o exercício de engenharia social, institucional e económica total descurou afinal o verdadeiramente essencial. Alguns estudos têm vincado que emprego e segurança deveriam ser as efectivas prioridades para processos de construção da paz duradoura. Ora, no afã de construir “democracias de mercado”, toda a prioridade é dada à formatação de legislações, de instituições e de administrações - não é outro o sentido das receitas de “capacity building” e de “institutional building”. E pelo caminho fica a atenção à reconstrução das perspectivas de vida dos ex-combatentes, ao controle da disseminação de armas ligeiras ou, *last but not the least*, a um trabalho paciente e fino de reconciliação.

São estes outros tantos reptos que a turbulência actual em Timor Leste lança a uma renovação da agenda de pesquisa dos estudos para a paz.

*José Manuel Pureza  
NEP*

## Fazedores de P@xes

### PRÉMIO NOBEL DA PAZ 2006

The Nobel Peace Prize for 2006  
([http://nobelpeaceprize.org/eng\\_lau\\_announce2006.html](http://nobelpeaceprize.org/eng_lau_announce2006.html))

Muhammad Yunus, "What is Microcredit?", August 2006  
(<http://www.grameen-info.org/bank/WhatisMicrocredit.htm>)

*Grameen Dialogue*, Newsletter published by The Grameen Trust, Bangladesh,  
Issue 63, April 2006  
(<http://www.grameen-info.org/dialogue/index.html>)

UNPF/Microcredit Summit Campaign, "From Microfinance to Macro Change:  
Integrating Health Education and Microfinance to Empower Women and  
Reduce Poverty", 2006  
([http://www.unfpa.org/upload/lib\\_pub\\_file/530\\_filename\\_advocacy.pdf](http://www.unfpa.org/upload/lib_pub_file/530_filename_advocacy.pdf))

Paula Duarte Lopes, "Microcrédito: uma estratégia para a paz", *OEC Notícias*  
Newsletter, nº 3, November 2006  
([http://www.oec.fe.uc.pt/pdf/newsletter\\_3\\_novembro.pdf](http://www.oec.fe.uc.pt/pdf/newsletter_3_novembro.pdf))

Sam Daley-Harris, "State of the Microcredit Summit Campaign Report 2005",  
The Microcredit Summit Campaign, 2005  
(<http://www.microcreditsummit.org/pubs/reports/socr/2005/SOCR05.pdf>)

## Estudos sobre a P@X

Nos últimos 15 anos temos assistido à intensificação de um processo de interacção cooperativa no campo militar que alguns autores designam de internacionalização das Forças Armadas (FA).<sup>[1]</sup> Este fenómeno, que passa, entre muitos outros exemplos, pelo contributo para forças de paz multinacionais, pela realização de exercícios militares conjuntos entre as FA de vários países, ou pela constituição de forças militares multinacionais não permanentes (e.g. EUROMARFOR e EUROFOR), parece reunir consensos tanto nos meios políticos como nos meios académicos. Um dos argumentos a favor desta dinâmica defende que o aprofundamento da colaboração militar entre parceiros é indispensável devido à existência de ameaças à Paz com consequências transnacionais. Poderemos pensar que, de forma a ultrapassar as dificuldades que daí derivam, a internacionalização das FA a nível regional poderá facilitar a participação e a operacionalização de forças militares em missões de paz sob a égide da Organização das Nações Unidas (ONU). Contudo, este eventual contributo para a eficácia das missões da ONU e, em última instância, para a Paz Mundial, levanta algumas questões que deverão ser devidamente tratadas, tendo em conta o facto de a ONU não dispor de forças e meios militares próprios e de, por essa razão, depender sempre do voluntarismo dos Estados.

O objectivo deste artigo é o de identificar o alcance dos contributos da internacionalização das FA com forte pendor regional para o reforço do quadro de resolução de conflitos das Nações Unidas.

### Origem

Podemos identificar três impulsos principais que estimularam o desenvolvimento da internacionalização das Forças Armadas e que estão interligados. Em primeiro lugar, a afirmação da ilegalização do recurso à violência nas relações internacionais, consagrada na Carta das Nações Unidas (CNU), fez com que uso unilateral da força, ainda que possível, se tornasse muito remoto. Em segundo lugar, e decorrente da primeira questão, o crescente papel da ONU na resolução de conflitos, especialmente no que respeita à componente militar das missões de paz e às dificuldades atinentes à sua organização, abriram um espaço de cooperação permanente entre as forças militares de vários países. Por último, a consciência de que os efeitos dos actuais conflitos não respeitam fronteiras tem servido de justificação para a procura de respostas colectivas, que passam pela colaboração internacional, especialmente a nível regional. O caso da intervenção da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) na ex-Jugoslávia na sequência do conflito no Kosovo é um bom exemplo do acima referido.

Como tal, a diminuição das ameaças tradicionais à integridade territorial, as solicitações da ONU e uma nova percepção da (in) segurança internacional estimularam a cooperação internacional entre as FA, assim como a sua orientação para o cumprimento de missões internacionais.

# A Cooperação Militar a Nível Regional e as Missões de Paz

*Marco Rosa*

*Doutorando em Política  
Internacional e Resolução  
de Conflitos (FEUC)*

## Definição

A internacionalização das FA consiste numa interacção cooperativa a nível militar que vai muito para além do envolvimento em missões internacionais. Esta pode adoptar um carácter institucional ou não institucional, i.e. se for desenvolvida no quadro de uma instituição internacional ou não. Podemos identificar uma miríade de exemplos inscritos no processo de internacionalização das FA: participação em missões internacionais, constituição de forças militares permanentes (e.g. Standing NATO Maritime Group 1) ou não permanentes (e.g. EUFOR), realização de exercícios conjuntos, realização de acções de formação, cedência de material, encontros oficiais entre líderes militares, conferências internacionais com a participação de militares de vários Estados, cooperação ao nível das indústrias militares, etc. Na verdade este tipo de cooperação acaba por levar a que as FA de muitos Estados, i.e. especialmente dos Estados europeus, estejam vocacionadas, essencialmente, para missões internacionais e só fazem sentido através do envolvimento num determinado quadro regional de segurança e defesa (e.g. Política Europeia de Segurança e Defesa - PESD ou OTAN).

## Consequências

Por razões óbvias este processo tem ganho um impulso muito maior a nível regional. Factores como a proximidade geográfica ou o facto de haver quadros de cooperação já implementados tanto no domínio militar (e.g. OTAN) como nos domínios económico e político (e.g. UE ou ASEAN) numa dada região do globo criam as condições necessárias para que a colaboração entre as FA dessa zona geográfica ganhe uma dinâmica completamente nova (e.g. PESD ou o ASEAN Regional Forum - ARF).

À partida, tendo em conta o facto de a CNU prever a constituição de quadros regionais para a manutenção da paz e da segurança, e no que respeita às dificuldades relacionadas com a preparação e operacionalização da componente militar de uma missão de paz, a internacionalização das FA a nível regional parece trazer grandes benefícios:

- A forte interacção cooperativa numa dada região faz com que se criem linguagens, doutrinas e procedimentos comuns que são muito úteis quando as FA desses países actuam em conjunto num dado teatro de operações;
- A participação militar numa missão de paz impõe um patamar de exigência muito elevado em termos financeiros, logísticos, operacionais, de meios, de pessoal e de comando. As eventuais debilidades que possam afectar um Estado isolado podem ser compensadas por uma adequação prévia entre as capacidades de vários parceiros regionais, através de um modelo de cooperação já estabelecido;
- Uma decisão do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) a favor de uma intervenção militar impõe urgência na respectiva intervenção. O facto de haver estruturas militares a nível regional já estabelecidas aumenta o nível de prontidão necessário para constituição de uma força internacional.

# A Cooperação Militar a Nível Regional e as Missões de Paz

*Marco Rosa*

*Doutorando em Política  
Internacional e Resolução  
de Conflitos (FEUC)*

Contudo, a supressão destes obstáculos pode perder o significado se as estruturas regionais dotadas de capacidade militar para suportar autonomamente uma missão de paz caírem na tentação da *Realpolitik*, ou seja, se usarem os meios disponíveis para impor a sua própria agenda em termos de segurança internacional. Em 1999, a intervenção da OTAN no Kosovo sem autorização prévia do CSNU, em vez de reforçar, acabou por pôr em causa a legitimidade e a jurisdição do edifício de resolução de conflitos previsto na CNU. Ainda que imperfeito, este é o quadro internacional reconhecido pela maioria das nações para decidir sobre a Guerra e a Paz. Como tal, o desenvolvimento de estruturas de segurança a nível regional, e da sua capacitação militar através da cooperação entre as FA, terá que ser enquadrado por estatutos que façam claramente referência ao seu papel de subalternização às decisões do CSNU e à CNU. Esta questão é por demais pertinente e actual, tendo em conta o desenvolvimento da PESH na Europa [ii] e das propostas de constituição de uma *Asian Security Community*, no âmbito da ASEAN.[iii]

[i] Moskos, Charles C., Williams, John Allen, Segal, David R. (2000), *The Post-modern Military: Armed Forces After The Cold War*. New York: Oxford University Press.

[ii] Na Estratégia de Segurança Europeia faz-se referência ao Multilateralismo Efectivo, que passa pela defesa e desenvolvimento do Direito Internacional, com vista ao reforço do papel da ONU.

[iii] Com centros para combate ao terrorismo, de treino para missões de paz e de vigilância marítima.

# A Cooperação Militar a Nível Regional e as Missões de Paz

*Marco Rosa*

*Doutorando em Política  
Internacional e Resolução  
de Conflitos (FEUC)*

## RDC: FOGO CRUZADO NA ENCRUZILHADA\*

### Contexto

A República Democrática do Congo (RDC) é uma das nações mais perturbadas do mundo, atormentada por décadas de desgoverno brutal e explorador, que deixaram profundas cicatrizes no conjunto da sociedade. Quase um século depois da independência, o legado cleptocrático deixado pelos belgas é ainda depressivamente evidente. Recentemente, o país foi submergido em novas profundidades de desespero, à medida em que um afluxo de refugiados Hutu do Ruanda - cuja grande minoria foi responsável pela perpetração do genocídio de 1994 neste país vizinho - serviu de catalizador para as duas guerras civis na RDC. Estes dois conflitos, que decorreram entre 1996-97 e 1998-2003, foram caracterizados pela invasão da RDC pelo vizinho regime pós-genocida ruandês à caça dos perpetradores do genocídio, não obstante o envolvimento de muitos outros países, numa competição renhida para explorar os vastos recursos naturais do país. De acordo com o *International Rescue Committee* (uma organização não governamental norte-americana) durante os últimos cinco anos morreram até cerca de quatro milhões de pessoas na RDC, na sua maioria devido à fome e doenças resultantes do conflito. Desde Junho de 2003 que um governo de transição deteve um pulso cauteloso no poder, antes das eleições democráticas. Estas eleições, presididas por uma força das Nações Unidas (NU) (mencionada pelo seu acrónimo francês, MONUC, com cerca de 18,000 militares) junto com uma força de muito curto-prazo da União Europeia, são as mais dispendiosas de sempre já organizadas pelas NU. O custo total do pleito eleitoral estima-se em 450 milhões US\$, à medida que a comunidade internacional tenta estabelecer uma estrutura governativa duradoura e legítima que permita finalmente a este vasto país reverter décadas de declínio.

### As eleições

As eleições tinham um horizonte máximo inicial de 30 de Junho de 2006, mas a situação de insegurança continuada conduziu a vários adiamentos, até à data de 30 de Julho de 2006. O pleito decorreu de forma incrivelmente suave à medida em que as pessoas se alinharam pacientemente desde a madrugada de 30 de Julho para entregar o seu voto, criando um optimismo cauteloso de que uma paz duradoura pode finalmente estar ao virar da esquina. Mesmo a capital, Kinshasa, onde houve distúrbios nos dias anteriores à eleição, se caracterizou por uma calma encorajadora no próprio dia.

No entanto, os acontecimentos seguintes lançaram dúvidas sobre se os elementos principais da classe política congoleza têm a maturidade e o respeito mútuo necessários para promover uma estrutura democrática vagamente duradoura. Com o fracasso do presidente em exercício Joseph Kabila em assegurar os 50% necessários para uma vitória completa na primeira volta, tornou-se claro três semanas após as eleições que seria necessário uma segunda volta contra o segundo candidato mais popular (Jean Pierre Bemba, um dos quatro vice-presidentes). Aumentando as tensões, uma estação televisiva pertencente a Bemba anunciou a necessidade de uma segunda volta antes dos resultados terem sido confirmados oficialmente. Isto conduziu a confrontos na estação entre a guarda pessoal de Bemba e elementos leais a Kabila, incluindo unidades policiais e a guarda presidencial, confrontos que depois se estenderam com o ataque da guarda presidencial às duas residências e ao escritório de Bemba, mantendo 14 embaixadores e o chefe da MONUC sob tiroteio intenso durante várias horas.

De modo a reverter esta re-escalada da violência, a comunidade internacional tem tido que exercer uma pressão significativa, que permitiu ao país estar em posição de organizar a segunda volta das eleições (esta segunda volta decorreu a 29 de Outubro, no mesmo ambiente de calma generalizada que caracterizou a primeira volta). Um primeiro passo inicial importante foi forçar os dois protagonistas a aparecer na televisão nacional e a apelar às suas tropas que cessassem os confrontos. Em seguida, Bemba e Kabila assinaram um acordo que os comprometia a desmilitarizar Kinshasa e a acabar com os discursos de ódio através dos seus panfletos de media, mas este acordo deixou por resolver um conjunto de questões, incluindo quais os actores a quem seria permitido estar armados e o número de guardas privados permitidos para cada um dos candidatos. Existe um imenso desequilíbrio de poder entre os dois candidatos: a guarda presidencial de Kabila soma cerca de 14.000 no país, com mais de um terço dessas forças baseadas em Kinshasa. Embora Bemba tenha uma guarda pessoal bastante considerável de 600-800 em Kinshasa, está claramente abaixo dos recursos do Presidente, embora haja relatos de que está a tentar recrutar o apoio de elementos descontentes. Antes da segunda volta, houve vários relatos de que tanto a guarda presidencial como o exército privado de Bemba receberam novos equipamentos, o que indica a preparação de ambos os lados para um novo confronto.

O triunfo de Kabila na segunda volta eleitoral parece provável, embora o resultado seja talvez menos claro do que pareceu durante a contagem da primeira volta (em que ele recebeu 45% dos votos, contra 20% de Bemba). Apesar de Kabila ter garantido o apoio de um conjunto de candidatos que se

classificaram abaixo do segundo lugar na primeira volta, muitos dos apoiantes destes candidatos sentem uma profunda desconfiança de Kabila, demasiado disponível para se comprometer com interesses externos. Adicionalmente, ele recebeu apenas 13% dos votos em Kinshasa durante a primeira volta, e a sua fraca popularidade no ocidente do país (a maior parte do seu apoio veio do leste) apenas diminuiu nos últimos meses, em grande medida devido à percepção de que as suas forças eram as principais responsáveis pela violência em torno da primeira volta eleitoral.

### Cenários Futuros

As semanas seguintes ao anúncio do resultado da segunda volta (esperado para 19 de Novembro) colocam claramente riscos significativos para a estabilidade imediata da República Democrática do Congo, apesar da presença das forças das NU e da UE. Kinshasa é o foco mais perigoso, dado o elevado nível de urbanização, a presença da sede do governo e os altos números de tropas rivais intensamente armadas. As residências principais de Kabila e Bemba situam-se a cerca de um quilómetro uma da outra, com tropas rivais estacionadas apenas a escassos metros umas das outras, situação com todos os ingredientes de um impasse ao estilo mexicano ("*mexican stand off*"). Caso o resultado da segunda volta venha a ser disputado, é evidente que a força conjunta de apenas 3,000 soldados das NU e da UE na capital estará em grave risco de ser insuficiente. Este risco é exacerbado pelo facto de o mandato da força da UE terminar no início de Dezembro, juntamente com uma possibilidade reduzida de qualquer extensão à sua permanência (há uma oposição significativa por parte da Alemanha, um das maiores contribuidores de tropas para a missão das NU, a uma missão de mais longo-prazo). Se as tropas da UE começarem a sair entre tiroteio intenso entre as facções rivais, isto enviaria uma mensagem muito negativa aos protagonistas, na medida em que indicaria uma vontade fraca por parte da comunidade internacional, deixando as tropas das Nações Unidas expostas.

Mesmo que o anúncio dos resultados decorra de forma tranquila, existem ainda outras questões importantes a resolver, para além do curto e médio prazo. Há elementos consideráveis que ficaram de fora do processo de paz nacional original e/ou da transição subsequente para a democracia. Um destes grupos, as Forças Democráticas para a Libertação do Ruanda (FDLR), com cerca de 8 a 10,000 soldados, mantém as suas bases nas florestas do leste do Congo e contém ainda exilados genocidas do Ruanda. De facto, a sua presença mantém-se, não obstante as anteriores invasões do Ruanda. O Ruanda mantém interesses significativos na RDC, nomeadamente no que diz respeito a recursos minerais que explorou durante as duas guerras civis, e a presença da FDLR poderia ser usada como pretexto para incursões fronteiriças futuras no território congolês. Um outro grupo que ainda não se reconciliou com o processo de paz do Congo é uma força de vários milhares de soldados sob o comando de um general dissidente chamado Laurent Nkunda, um renegado que tem tido historicamente fortes laços com o actual regime ruandês. Nkunda, à semelhança do Ruanda, tem usado a presença da FDLR como capa para ameaçar a agressão, e liderou uma rebelião que capturou temporariamente a importante cidade do leste, Bukavu, no final da primeira metade de 2004.

Há ainda outros elementos que poderão perturbar de forma marcante qualquer governo legítimo pós-eleições que surja na RDC. Houve mais de 30 pessoas a apresentarem-se às eleições na primeira volta, a grande maioria das quais se terá sentido desiludida com o resultado. Muitos destes candidatos podem apelar a facções armadas importantes, num país que continua atormentado por uma abundância de armas e pela falta de qualquer tipo de exercício de autoridade disciplinada ou coerente. Em última análise, persiste o perigo de que o enorme esforço da comunidade internacional em organizar estas eleições - e os esforços massivos de manutenção da paz que precederam os pleitos - se revelem infrutíferos. De facto, bem à parte da abundância de armas, da desconfiança geral (mas compreensível) na autoridade, da falta de infra-estruturas e da corrupção endémica, pode bem ser verdade que este país, que é do tamanho da Europa Ocidental, seja simplesmente demasiado difícil de gerir e fundamentalmente diverso para alguma vez ser capaz realisticamente de se destacar como um Estado-nação viável. Nesse contexto, uma presença das Nações Unidas massiva (e ainda maior) será provavelmente necessária para os próximos anos, face a possíveis eventuais secessões por parte das províncias principais.

*Duncan Woodside, Jornalista*

\* Artigo escrito antes do anúncio dos resultados da segunda volta

## No sótão do NEP

### Memória de Actividades do NEP

#### Publicações

Freire, Maria Raquel; Cravo Teresa Almeida, "La Politique Étrangère du Portugal: Européanisme, Atlantisme, ou les Deux? ", *La Revue Internationale et Stratégique*, Institut de Relations Internationales et Stratégiques (IRIS), n.62, été 2006, pp. 22-28.

Pureza, José Manuel *et al*, "The intercultural dimension of citizenship education in Portugal", in Alred, G. *et al* (eds.) (2006), Education for intercultural citizenship. Concepts and comparisons. Cleveland, Buffalo, Toronto: Multilingual Matters Ltd.

Sogge, David, "[Angola: e onde está a 'boa governação' do mundo?](#)", Working Paper 23, FRIDE/NEP, Madrid/Coimbra, Junho 2006

#### Recensão

Freire, Maria Raquel, Secção "Rússia", *Relações Internacionais*, n.9, 2006, 196-200.

#### Actividades NEP

##### 2 a 4 de Julho de 2006

Raquel Freire apresentou a comunicação "[Looking East: The EU and the Caucasus](#)", CISS ISA VI Millennium Series Conference "The Global Imperative: Responding to Change in the International System", Haia, Holanda.

##### 13 de Julho de 2006

Sílvia Roque apresentou a comunicação "[A montante e a jusante dos Estados falhados](#)" no âmbito do seminário Economia na Cooperação e Educação para o Desenvolvimento, no quadro global das relações Norte-Sul e incluindo o comércio justo, organizado pelo CENJOR e ONG CIC, Coimbra

##### 20 de Julho de 2006

José Manuel Pureza apresentou a comunicação "[A cidadania, repto à recentragem da educação em Portugal](#)" na Audição Pública sobre "Como vamos melhorar a educação nos próximos anos?", promovida pelo Conselho Nacional de Educação, Lisboa

##### Agosto de 2006

José Manuel Pureza apresentou a comunicação "[What is human security - definitions and analysis](#)", Summer Academy on Human Security (European Training and Research Centre for Human Rights and Democracy), Graz

## No sótão do NEP

# Memória de Actividades do NEP

## Actividades NEP

### Setembro de 2006

Início do projecto "[Women and armed violences: War strategies against women in non-war contexts](#)", um estudo comparativo entre o Rio de Janeiro, Guayaquil e Medellín, coordenado por José Manuel Pureza e Tatiana Moura e financiado pela Fundação Ford.

### Setembro de 2006

Mónica Rafael e Katia Cardoso colaboram com Clara Keating na coordenação da newsletter do CES, [CESemCena 6](#).

### Setembro de 2006

Teresa Cravo esteve em trabalho de campo em Moçambique, no âmbito do projecto "[Peacebuilding processes and State failure strategies: lessons learned from former Portuguese colonies](#)".

### 27 de Setembro de 2006

Reunião de reflexão estratégica do Núcleo de Estudos para a Paz, Arouca.

### 17 de Outubro de 2006

Apresentação do estudo: "[Angola: e onde está a 'boa governação' do mundo?](#)" de David Sogge, Auditório da UAL, Lisboa. Promovida pelo NEP em colaboração com a Fundación para las Relaciones Internacionales y el Diálogo Externo (FRIDE) e Universidade Autónoma de Lisboa (UAL.)

### 18 de Outubro de 2006

José Manuel Pureza apresentou a obra "[Irão: o país nuclear](#)", de Ricardo Alexandre (Ed. Ambar), Coimbra.

### 19 de Outubro de 2006

Raquel Freire apresentou o seminário "[Transições falhadas? O caso da Ucrânia](#)", Centro de Estudos Sociais, Coimbra.

### Outubro de 2006

Sílvia Roque iniciou o programa de doutoramento em [Relações Internacionais: "Política Internacional e Resolução de Conflitos"](#), Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

Teresa Cravo iniciou o programa de doutoramento em [Relações Internacionais](#), Centro de Estudos Internacionais da Universidade de Cambridge, Reino Unido.

Tatiana Moura e Carla Afonso participam no projecto "[Implementação do Programa de Apoio a "sobreviventes" de Chacinas no Rio de Janeiro](#)", uma parceria entre o NEP/CES e o Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESec) do Rio de Janeiro, financiado pela Fundação Ford, com uma duração de 15 meses.

### 20 de Outubro a 6 de Novembro de 2006

Sílvia Roque esteve em trabalho de campo na Guiné-Bissau, no âmbito do projecto "[Peacebuilding processes and State failure strategies: lessons learned from former Portuguese colonies](#)".

### 26 de Outubro de 2006

José Manuel Pureza participou no primeiro debate do ciclo "[Causas e efeitos](#)", Livraria Almedina, Lisboa.

### 6 a 28 de Novembro de 2006

Mónica Rafael esteve em trabalho de campo em Luanda e no Huambo (Angola), no âmbito do projecto "[Peacebuilding processes and state failure strategies, Lessons learned from former Portuguese colonies](#)".